



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

DIVERSIDADE RELIGIOSA NA ESCOLA: A ALTERIDADE NA SOCIABILIDADE INFANTIL¹

Geová Silvério de Paiva Júnior

Mestrando do PPGA da UFPE

geova.spj@hotmail.com

O pluralismo que cerca o campo religioso brasileiro por muitas das vezes culminou em reações à diversidade, apesar do status de laicidade do Estado o qual garante o exercício da liberdade religiosa e o respeito à mesma. Nas práticas cotidianas ainda que não haja conflitos explícitos, tensões referentes à existente diversidade são inevitáveis. Sobre este contexto o corrente trabalho busca refletir a respeito da alteridade no processo de sociabilidade infantil no espaço escolar laico.

Para este fim serão evocadas observações etnográficas de pesquisa empírica realizada no ano letivo de 2008 em duas escolas laicas na cidade de Recife-PE². As escolas pesquisadas pertencem respectivamente à rede pública e a rede privada de ensino e as turmas em questão correspondem a 4ª série do ensino fundamental, atualmente denominada de 5º ano na escola particular e 2º ano do 2º ciclo na escola pública. As crianças observadas e com as quais se dialogou tinham faixa etária entre 9 a 11 anos de idade e por questões éticas seus nomes assim como os das escolas não serão revelados adotando-se nomes fictícios quando se fizer necessário.

¹ O presente trabalho é uma versão sistematizada dos relatórios técnicos entregues a FACEPE (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco) durante o período em que fui bolsista de iniciação científica entre os anos de 2007 a 2009. Muitas das idéias foram transpostas tal como se encontravam nos relatórios e são aprofundadas também em um outro artigo intitulado “Pesquisando o invisível: percursos metodológicos de uma pesquisa sobre sociabilidade infantil e diversidade religiosa”. (CAMPOS, 2009). Agradeço à FACEPE pelo apoio prestado.

² A pesquisa financiada pelo CNPq intitulava-se “Um estudo comparativo sobre (in) tolerância religiosa e de como ‘raça’, ‘classe’ e ‘religião’ se entrecruzam nas falas e práticas de crianças de escolas públicas e privadas, em Recife”, coordenada e orientada pela Profª. Drª. Roberta Bivar Carneiro Campos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Devo agradecer imensamente à Roberta por sua orientação ao longo desses anos.



Cabe por hora acrescentar que não houve uma harmonia entre os trabalhos de campo realizados nas duas escolas. Logo, em vez de um estudo comparativo, é mais coerente falar em uma interpretação que remeterá a aproximações e distanciamentos entre dois universos escolares distintos, uma vez que, as diferenças não só se referem a temporalidades, mas ao enorme abismo social que separa a escola pública da escola particular³.

As técnicas de observação participante e não participante foram empregadas. Dessa forma, durante o primeiro semestre letivo de 2008, foi possível acompanhar sistematicamente a escola particular. Eram realizadas entre duas e três visitas semanalmente pelas quais se acompanhavam aulas de história, geografia, projeto interdisciplinar, artes, dança, sem contar a hora do recreio⁴. No que diz respeito à escola pública, alguns imponderáveis não permitiram um acompanhamento simultâneo com a escola particular, sendo o segundo semestre letivo de 2008 destinado ao acompanhamento mais sistemático daquela escola. As visitas ocorriam geralmente duas vezes por semana, inicialmente quando havia aula na escola ou quando a professora estava presente, o que não se deu como o esperado. Entretanto, as circunstâncias mudaram conforme o tempo, e o que foi um grande problema no início da pesquisa naquela escola, se tornou solução, ou seja, o recreio e os momentos em que não se tinha aula foram espaços privilegiados de interação com as crianças. Além das técnicas de observação através do acompanhamento intenso do campo, as crianças foram ouvidas não só nas conversas informais com os pesquisadores, mas também nas entrevistas semiestruturadas que buscavam captar seu depoimento a respeito dos temas a serem

³ Apenas para se ter uma ideia, a escola particular é uma escola tida como modelo, de linha pedagógica construtivista e orientada por uma política multicultural nas atividades destinadas aos alunos, segundo entrevista com a coordenadora pedagógica. A escola pública é municipal, do tipo integral e quando comparada à primeira, a estrutura tanto física como em qualidade de ensino se mostra bastante precária.

⁴ As aulas de projeto interdisciplinar são destinadas a um projeto temático a ser trabalhado pelos alunos durante todo o semestre e que promove a interdisciplinaridade tendo assim o suporte de outras disciplinas. No caso, o projeto trabalhado pelos alunos no 1º semestre letivo de 2008, o projeto Brasília, foi de extrema importância para a pesquisa pela ampla conexão com os objetivos. A escolha das disciplinas mencionadas se deu por parecerem mais propícias ao surgimento das temáticas entorno da questão religiosa.



contemplados pela pesquisa. Antes de prosseguir com a análise dos dados passemos brevemente por algumas considerações sobre a infância.

Um novo e pequeno sujeito

Uma ciência social da infância é algo relativamente recente, mas que caminha de forma significativa na construção de um conhecimento que fuja aos estereótipos do senso comum sobre a infância. Vale a pena fazer referência à obra de Philippe Ariès (1981) “História social da criança e da família”. Esse historiador francês, na certa é de passagem obrigatória para os que se interessam pelo assunto, pois o autor é um dos primeiros a tratar da infância numa perspectiva histórica e a colocar a noção de infância como uma invenção moderna.

A ideia de um indivíduo particular, historicamente construído e localizado nos remete à reflexão de que a criança possui status e papéis sociais diversificados de acordo com a sociedade e o tempo histórico em que se inserem. Dessa forma, é preciso falar em crianças, pois é com esse termo que segundo Claude Javeau (2005) poderemos entrar propriamente dito no campo semântico antropológico ou sócio-antropológico:

Segundo esse paradigma as crianças devem ser consideradas uma população ou um conjunto de populações com pleno direito (científico), com seus traços culturais, seus ritos, suas linguagens, suas “imagens-ações” ou, menos preciso no tempo e no espaço, com suas estruturas e seus “modelos de ações”, etc. (Javeau, 2005, p. 385).

Contudo, tenhamos cuidado com tal afirmação. Como Pires (2007) e Cohn (2005) já observaram, existem aqueles que advogam em prol de termos como “culturas infantis”, ou mesmo, “sociedades infantis”, dando a impressão que as crianças constituem uma referência cultural à parte do mundo dos adultos. Talvez tais termos sejam influenciados justamente pelas perspectivas que encaram a criança como um ator social pleno, autônomo, com direitos e deveres. Porém, é preciso evitar confusão: as crianças constituem um grupo particular sim, mas estão longe de possuírem uma liberdade que lhe permitam plena autonomia e lhe configurem como sujeitos de uma cultura própria e fechada, ao mesmo tempo em que também não são um mero grupo de



baixa faixa etária que reproduz o mundo dos adultos. Assim, a infância seria um termo referente a um grupo particular, por vezes delimitado pela faixa etária, por vezes delimitado pelo próprio valor embutido na palavra, que possui uma relação dialógica com o mundo que o cerca, seja o mundo das coisas, seja o mundo das pessoas. Logo, se faz necessário adotar uma perspectiva de negociação contextual, na qual as crianças dentro de sua própria racionalidade (afinal elas de fato são atores sociais) negociam suas possibilidades de ação de acordo com aquilo que lhes é dado pelas interações e contextos sociais dos quais estão inseridas.

É preciso repensar, desconstruir conceitos conformadores de infâncias e crianças enquanto seres de outra espécie, enquanto entidades isoladas do mundo material, físico, afetivo, histórico, cultural e social dos adultos, mas que não é, por isso, um adulto em miniatura ou sujeito inacabado da condição humana. (Oliveira, 2002, p. 3).

É nesse sentido que a criança passa a adquirir um status ontológico e que necessita de melhor compreensão explicativa nas ciências sociais. Daí surge a necessidade de se debater sobre as novas exigências metodológicas que tal recente objeto de estudo exige. Isso porque “entender o outro (...) exige mais, quando o outro é uma criança” (Iturra apud. Gusmão, 1999, p. 42). Em qualquer pesquisa envolvendo o estudo de crianças, a relação pesquisador-pesquisado se torna mais complexa, pois, trata-se ao mesmo tempo de uma relação adulto-criança.

No caso da pesquisa aqui referida, a minha inserção nas escolas ocorreu de maneira tranqüila, mas isso não anulou o fato de por vezes passar situações um tanto não convencionais com “os pequenos” pesquisados⁵. Assim, concordo com Flávia Pires (2007) quando diz que: “a solução para este impasse, de ser adulto e pesquisar criança

⁵ “Os pequenos” é um termo carinhoso adotado por mim durante o trabalho de campo para me referir às crianças tanto da escola particular quanto da escola pública. Por vezes adotarei o termo no presente trabalho. Com relação a situações um tanto não convencionais com as crianças, seriam aquelas, por exemplo, que dizem respeito ao fato de eu ter passado a condição de “outro” e ter constituído um verdadeiro objeto de estudo para as crianças em que estas me perguntavam as mais diversas coisas, desde as triviais até alguns detalhes íntimos da minha vida pessoal.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

de uma perspectiva antropológica, deve ser buscada no campo, de acordo com cada caso estudado”.

A autora, cujo primeiro capítulo da tese de doutorado serviu-me de inspiração para pensar minha própria experiência de campo, realizou pesquisa antropológica com crianças na cidade de Catingueira – PB, cuja temática também era religião. Ao discorrer sobre a relação adulto-criança na sua pesquisa e relatar sua própria experiência, alude ao fato que não é preciso que o pesquisador torne-se um nativo no seu universo de pesquisa, mas que seja colocado em perspectiva com o “outro” a ser pesquisado de maneira a construir uma relação de confiança e reciprocidade entre ambos, permitindo assim, que a realidade flua quebrando as barreiras de geração, mas sem anular as identidades de adulto e criança, pesquisador e pesquisado. Assim, creio que uma relação complexa, mas possível entre o pesquisador adulto e o pesquisado criança possibilite uma melhor compreensão do universo de pesquisa, tanto no caso dela como no meu, um universo infantil. Dessa forma, tal exercício é válido inclusive na hora da análise dos dados para se evitar qualquer espécie de “adultocentrismo”:

O termo adultocêntrico aproxima-se aqui de outro termo bastante utilizado na antropologia: o etnocentrismo – uma visão de mundo segundo a qual o grupo ao qual pertencemos é tomado como centro de tudo e os outros são olhados segundo os nossos valores, criando-se um modelo que serve de parâmetro para qualquer comparação. Nesse caso o modelo é o adulto, e tudo passa a ser visto e sentido segundo a ótica do adulto, ele é o centro. (Gobbi, 1997, p. 26).

Passemos a um outro ponto em termos metodológicos bastante importante, mas que precisa de uma informação preliminar. A palavra infância vem do latim “*infantia*” e diz respeito ao indivíduo que ainda não sabe falar. Adotando as informações presentes na obra de Ariès (1981) e refletindo sobre elas, as crianças depois de um curto período de tempo realmente sendo crianças (como aquelas que não falam) entravam imediatamente no mundo dos adultos, eis o fim desse período particular da vida, cujo sentimento só vem aparecer na modernidade a partir das transformações no seio da família que permite também a emergência da noção de intimidade. Dessa forma, por muito tempo à infância foi atrelada a uma questão de faixa etária quando na verdade:



Infância tem um significado genérico e, como qualquer outra fase da vida, esse significado é função das transformações sociais: toda sociedade tem seus sistemas de classes de idade e a cada uma delas é associado um sistema de status e de papel. (Frota, 2007, p. 147).

Mas enfim, como aqueles que não falam, logo as crianças são aquelas que também não são ouvidas. E tal concepção parece que ainda permeia as pesquisas acadêmicas sobre crianças. Parece existir segundo alguns autores uma resistência em relação ao testemunho infantil como fonte de pesquisa confiável e respeitável. Mesmo a abordagem etnográfica e a história oral tendo certa aceitação metodológica no estudo das crianças, a entrevista possui ainda uma condição de negligenciamento frente à pesquisa com os pequenos. Por parte dos pesquisadores parece haver uma certa dificuldade para ouvir e dar o tratamento adequado às vozes desse novo e pequeno sujeito empírico.

Diante disto e em direção contrária, é que partimos da voz e ação deste novo e pequeno sujeito para explorar novas compreensões acerca da experiência da diversidade religiosa. Parte-se da perspectiva recente de encarar a criança como um ator social. Assim é a lógica das próprias crianças, são os seus discursos e práticas que estão sendo analisados. Acreditamos então com isto poder captar a reprodução ou resignificação de determinados valores indicativos de maior proximidade ou distanciamento com o ideal de tolerância em respeito à diversidade religiosa.

Religiosidade no espaço escolar laico

A tese da secularização presente no pensamento Weberiano desde “A ética protestante e o espírito do capitalismo” anuncia o desencantamento do mundo e faz os sociólogos da religião refletirem sobre processos de destradicionalização e individualização da fé. Assim, a religião sai dos espaços públicos e torna-se um fenômeno privado dos indivíduos. Nesse contexto, a modernidade é caracterizada por um processo de laicização do Estado e, com isso, a religião passa a ser mais uma das esferas de valor autônoma. Mas saindo desse modelo ideal e partindo para uma realidade mais palpável, até que ponto podemos falar da laicidade do Estado e do espaço público? Ou mesmo do privado destinado ao público (como é o caso das escolas



particulares)? Para tal provocação, acho que uma citação de Emerson Giumbelli pode ser bastante elucidativa:

(...) de todo modo, parecemos estar longe do horizonte que se associava ao modelo consolidado na modernidade, o horizonte do “fim da religião”. Se muito pode se discutir acerca do estatuto e do significado do “religioso” atual, é difícil negar que a atualidade está repleta de “religião”. (Giumbelli, 2004, p. 48).

A religião cada vez mais diluída na pluralidade atrelada ao ideário de democracia moderna e liberal passa a ser uma esfera importante e constantemente atualizada e resignificada diante da crise de sentido oriunda do fracasso dos projetos modernos. Neste aspecto, a demanda pelo ensino religioso nas escolas torna-se uma problemática interessante para investigação e que foi trabalhada por Giumbelli (2004) a partir de modelos adotados na França e no Brasil, nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Vem a tona então uma discussão sobre o ensino religioso (estilo confessional) e do religioso (seria o ensino do fato religioso, da diversidade e historicidade das religiões). De qualquer forma, a demanda pelos pais das crianças para o ensino da religião surge da aparente necessidade de uma fonte moral sólida e de certo modo autoritária. Portanto, aparentemente no imaginário social a religião é uma instituição importante e prática na educação moral das crianças. Em entrevista com a diretora da escola pública pesquisada, ela dá ao entender no seu discurso que a religião teria uma função de propiciar a visão do outro, de ensinar as crianças a serem mais tolerantes.

“Eu acho que é uma continuidade né. Porque ela [a religião] começa lá na família. Ela tinha que começar lá na família e a gente que dá consistência dentro da escola. Ta entendendo? Que a gente colocasse uma religiosidade que não fosse objetiva, que não fosse só católica, que não fosse só evangélica, que não fosse só espírita, mas alguma coisa que aproximasse as pessoas. Sabe? Que tornasse as pessoas mais tolerantes, que Deus entrasse nessas pessoas, que a palavra. A palavra, a bíblia tivesse presente dentro da escola, a bíblia. Ta entendendo? Não é católico ou evangélico...”.

Apesar da confusão existente em sua fala entre ensino religioso e do religioso, entre um ensino objetivo e neutro que propiciasse uma visão de mundo mais plural que permite a tolerância com o outro e um ensino subjetivo, confessional, mas que também



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ensina a tolerância, segundo a concepção de mundo dela, o fato é que na sua fala podemos identificar a importância da família no ensinamento dos valores cristãos e a função da escola em dar continuidade a esse processo. Na escola particular, a coordenadora pedagógica também se mostrou a favor ao fato da escola laica oferecer algum tipo de orientação religiosa aos alunos, contudo tal orientação deve vim despida de proselitismo e fornecer apenas parâmetros que permitam as crianças liberdade de escolha. Então, não seria uma orientação religiosa confessional, mas sim, uma orientação voltada para o fenômeno do religioso, a explicação das religiões e o respeito à diferença existente entre elas.

“Eu acho que nesse contexto, a escola tem que dar conta sim, dar conta no sentido de contemplar isso. Existe, discutir sim, ouvir as diferentes opiniões, ouvir o que cada um pensa e ver o que a biografia trás e uma coisa que me chama a atenção (...) é quando você abre pra discussão com os meninos, criança é muito mais fácil, muito mais acessível. Eles se permitem ouvir, mesmo que muitas vezes eles se chateiem porque mexe com o que você acredita, mexe com o que a família acredita que é muito forte. A posição da família é bem mais forte que a posição da escola, mas é nossa função levantar outras possibilidades sim, não pra mudar o que você pensa, mas pra agregar mesmo e você ter parâmetros e você ter outras que você possa ter como parâmetro pra julgar, pra dizer ‘é diferente por que? Acredita em que? Que valores são por trás? E aí historicamente você tem pano pras mangas, nesse caso”.

O importante das falas aqui apresentadas para a reflexão ao qual me pretendo é sinalizar que mesmo no espaço escolar laico, seja ele privado ou público, a religião se configura como uma dimensão existente e importante a ser trabalhada pela instituição ainda que se ofereçam modelos distintos. Escola, religião e família são instituições que estão interligadas e fazem parte do processo de socialização infantil. A questão é saber como a criança se posiciona nessas esferas institucionais das quais está inserida, absorve e negocia os valores a serem transmitidos por estas e reproduz na sua sociabilidade com outras crianças. Vamos a discussão suscitada pelos dados empíricos da pesquisa.

Diversidade religiosa e sociabilidade infantil: o caso de duas escolas em Recife-PE

A religião não é só uma esfera do privado, mas também do público. Mais do que isso é uma dimensão inerente ao cotidiano dos indivíduos, sejam estes adultos ou crianças. A respeito do catolicismo vale dizer que ele tende a ser uma religião mais da



classe média, pensada e vivida quase que naturalmente. Está diluída num modo de ser brasileiro, por vezes, associado à categoria do sincretismo. Há quem fale numa relação positiva entre catolicismo e identidade nacional, logo: “Apesar de toda a complexidade e diversificação do campo religioso é possível, então pensar, pelo menos teorizar, um *habitus* católico no modo de sermos brasileiros”. (Sanchis, 2001, 2003 apud. Campos, 2008, p. 7). Ainda sim, Burity (1997), por exemplo, vai comentar que os (neo) pentecostais, no Brasil, vêm abalar a crença em tal relação. O fato é que como argumenta Ronaldo de Almeida (2007), o catolicismo teria um suposto efeito de *invisibilidade* devido a sua profundidade histórica que o torna algo coextensivo à ordem cultural. E é justamente esse efeito de invisibilidade que parece permear a turma estudada na escola particular.

Só foi possível constatar o pertencimento religioso das crianças da turma através das entrevistas, sejam com as próprias crianças, seja com as professoras. Dessa forma, como foi observado e pelo que foi escutado, a religião não se apresenta como elemento significativo na formação de laços de amizade entre as crianças do 5º ano da escola particular. Entretanto, deve-se ter em mente que não existe um ambiente propício para que tal elemento possa adquirir relevância significativa na sociabilidade das crianças, em termos, falo de um ambiente no qual a diversidade religiosa seja visível.

Mesmo a diversidade religiosa não sendo explicitamente aparente, isso não quer dizer que os pequenos não consigam pensar sobre o assunto. A própria escola ajuda a fazer isso. E neste ponto é interessante falar do projeto “Brasilis”. Tal projeto foi desenvolvido em disciplina própria, porém também possui caráter interdisciplinar valendo-se das aulas de história, dança, artes e geografia. Ele aborda questões sobre diversidade, e centra-se no período do Brasil colonial, no qual a discussão envolve assuntos entorno da convivência entre índios, negros e brancos. Assim, o projeto foi acompanhado com afinco durante o primeiro semestre de 2008.

Dentre os diversos assuntos que giraram entorno do projeto, as religiões afro, seria o mais interessante a ser destacado tendo em vista os fins da pesquisa e do presente trabalho. Assim, frases como “eles [os africanos] acreditam em vários deuses”; “Macumba é coisa do diabo”; “Deve haver um nome científico [em relação ao termo



macumba]”⁶; evidenciam o desconhecimento, ou em alguns casos, o conhecimento parcial, das crianças em relação às religiões afro. Em uma aula, a professora havia questionado se macumba era religião, e a turma em dúvida levantou algumas respostas, tendo a maioria constatado que não seria religião. Então a professora pergunta o que é religião. Os alunos se limitam a responder que é a crença.

Fato que caracterizaria um conhecimento parcial em relação a determinadas manifestações da cultura africana seria a encenação de rituais dessa cultura. Por vezes, foi possível observar os meninos fazerem movimentos como se estivessem tocando tambores e cantarolando “macumba lê lê” reproduzindo o que poderia ser o ritual referente ao candomblé ou a umbanda. Então, é possível afirmar em certa medida que pela prática de certas crianças haveria uma dimensão mágica ligada às denominações religiosas afro-brasileiras. Contudo, da mesma forma que a macumba é assimilada pelas crianças para fazer menção a uma referência cultural ou a dimensões mágicas que tragam sorte, a lógica pode ser invertida para a chacota e a ofensa, tudo depende do contexto de ação. Neste aspecto, episódio particular foi o ocorrido durante um jogo de futebol dos meninos na hora do recreio na quadra da escola. Diante da invasão de um outro menino de outra turma no jogo e sua atitude de chutar a bola para longe atrapalhando a brincadeira, este foi xingado de macumbeiro.

Fez parte do projeto “Brasilis” a visita a uma comunidade quilombola em Castainho, próximo à cidade de Garanhuns, além também de passeios ao museu da abolição na cidade do Recife e ao terreiro Santa Bárbara Xambá na cidade de Olinda. Todas essas atividades no intuito de resgatar a historicidade das tradições afro para as crianças. Foi possível acompanhar os dois últimos passeios e obter alguns relatos em relação ao primeiro. Logo se percebeu o quão exótica são tais tradições aos olhos dos pequenos. Um novo mundo se desvendava, sendo provavelmente, muitos deles desconhecedores desses “outros” marginalizados pela história e cultura cristãs da sociedade brasileira.

É com essas considerações que a alteridade do negro e de sua cultura passa por um recente processo de reconhecimento. Diversos atores sociais foram fundamentais para tal fato, no entanto, nos interessa aqui é que o não reconhecimento a nível macro da

⁶ As frases foram ditas durante a aula de projeto na escola particular. A turma discutia sobre a religiosidade afro.



alteridade afrobrasileira por parte das diversas instituições, em especial aqui a escolar, transfigurou-se num exotismo exuberante a um nível micro no que diz respeito ao imaginário infantil. Isto pode ser perigoso na medida em que tal exotismo poderia gerar atitudes para além do estranhamento das crianças, atitudes de afastamento em que

Se configura num comportamento de negação do Outro, que se expressa numa não-aceitação de suas diferenças, transformando-se numa postura, em âmbito democrático, que inviabiliza a este diferente o direito, a legitimidade de existir, de não ser semelhante. (Oliveira, 2007, p. 225).

Dessa forma a escola parece ter papel fundamental junto à família na orientação das crianças sobre a representação e vivência do e com o diferente. Cabe ressaltar que a lei 10639 que remete a decisão do MEC na inclusão da temática “História e cultura afro-brasileira” no currículo oficial da rede de ensino visa justamente o reconhecimento do negro na cultura e história de nosso país. O projeto “Brasilis” caminha justamente na construção da alteridade afro e no cumprimento desta lei. Assim, ainda que não aja uma ampla diversidade religiosa na turma do 5º ano da escola particular pesquisada a um nível prático, esta diversidade é pensada e vivida pela e através das atividades desenvolvidas durante o projeto “Brasilis”.

Com relação à turma estudada na escola pública, tem-se um contexto bem distinto. E como iniciei dizendo que o catolicismo teria uma maior correspondência às classes médias, nas classes de baixa renda que configuram o perfil social dos alunos da escola e turma em questão, é inegável o aumento de protestantes ainda que permaneça no discurso das crianças a profundidade histórica e cultural do catolicismo. Para ilustrar tal fato, recorro a um episódio em que numa conversa informal com algumas crianças, estas questionaram meu nome, respondi Geová e diretamente fizeram uma associação ao protestantismo indagando se eu era crente (fato que nunca ocorreu na escola particular). Respondo que não, que não tenho vinculação religiosa e aproveito o ensejo para rebater a pergunta. Assim, as duas meninas que conversavam comigo refletiam a minha pergunta sobre elas possuírem alguma religião. Ao perceber a demora, reformulo a pergunta no sentido de questionar se freqüentam alguma igreja e eis que me respondem prontamente as igrejas batista e presbiteriana. Insisto na temática e questiono



o que acham que tem mais na escola, católico ou protestante. Acreditam que seja o católico.

O primeiro ponto a ser evidenciado é justamente a permanência do catolicismo no senso comum como a religião majoritária, as crianças percebem o catolicismo como algo natural do ser e a percepção do “outro” protestante parece ser menos evidente a elas. Ainda sim é possível afirmar a existência de diversidade religiosa na escola pública, contudo, uma ressalva a ser feita é que em ambos os universos de pesquisa estudados estou me referindo a uma diversidade essencialmente cristã, ou seja, uma diversidade que se manifesta ao nível de catolicismos e protestantismos, embora as crianças também façam representações de outras religiões como o espiritismo ou as religiões de matriz africana.

Um segundo ponto acerca do episódio relatado é o fato de no caso dessas crianças pareceu haver uma certa dificuldade em se pensar a religião a um nível doutrinário, a um nível de filiação religiosa propriamente dito. Tanto que a demora em responder-me qual eram suas religiões foi suprimida ao substituir a pergunta pela frequência de alguma igreja. É preciso dizer que tal comportamento foi recorrente a ponto de não fazer sentido nas entrevistas questionar qual era a religião, mas sim a igreja frequentada pela criança. Aparentemente a religião para essas crianças da escola pública teria um caráter mais prático. Assim, no contexto das crianças da escola pública pesquisada as crianças não afirmam um pertencimento religioso, no máximo “eu vou a igreja”. Isso não significa dizer que não possuam religião, mas que esta não se apresenta para elas em nível de doutrina ou filiação a ideologias e crenças, e sim, como práticas a serem realizadas muitas das vezes por obrigação devido às relações hierárquicas de filiação (parentesco).

A vinculação religiosa das crianças da escola pública quando levada em conta as relações de parentesco parece ter menos brecha para negociação ao contrário do que ocorre na escola particular em que nesta última as crianças têm maior liberdade para construir a sua religiosidade. Dessa forma, segundo entrevista com a diretora da escola pública, os conflitos de cunho religioso que chegam a sua instância dizem respeito à proibição de pais evangélicos na participação de seus filhos em alguma atividade da escola. No caso, oficinas que tenham alguma relação com a cultura popular, com a cultura afro, como percussão e dança. As crianças até querem participar, mas os pais



não deixam. A mesma informação pôde ser confirmada em conversa informal com o professor de dança.

Um último episódio a ser destacado nesta escola diz respeito aos xingamentos de macumbeiro. Enquanto que na escola particular, por vezes, ainda existia uma lógica de assimilação da religião afro na atitude de algumas crianças, na escola pública a única lógica que existe é a da ofensa e do desrespeito. Isso se evidencia no fato de eu mesmo, por exemplo, ter sido chamado de macumbeiro por estar usando um colar (de sementes) que para as crianças estava associado a prática da macumba, do xangô, que vim a descobrir depois, mediante explicação de um deles, que tais termos remetiam a coisas do demônio. Nessa situação, depois de chamado de macumbeiro por um menino, a menina que estava ao meu lado na hora reclamou com a criança dizendo “tem mais respeito pelo tio”. Assim, macumbeiro sendo um termo referente à religiosidade afro é acionado pelas crianças da escola pública de forma pejorativa como ofensa e falta de respeito. Não só os colares de semente, mas também determinadas vestimentas e a participação nas oficinas de percussão, por exemplos, são elementos que identificam e estigmatizam crianças como macumbeiras ou ligadas a coisas do mal perante outras crianças. A representação do “outro” e a relação com este, então, parece se dar de forma bastante conflituosa na escola pública. O ambiente é marcado por uma agressividade que permite pouco diálogo e muita confusão inviabilizando uma prática saudável da vivência da diversidade religiosa.

Conclusão

A partir dos fatos observados em ambas as escolas é possível refletir em que medida um ambiente de maior ou menor diversidade religiosa pode gerar tensões e conflitos no processo de sociabilidade infantil e na construção das diversas alteridades. Deve-se atentar para algo importante que diz respeito aos mediadores sociais das crianças, neste caso a escola e a família. Com relação ao primeiro, percebe-se que no caso da escola particular, esta se mostra eficiente na orientação ideológica para tolerância e o respeito com o “outro”. Existe e é aplicada de modo eficaz uma pedagogia da diferença, que mesmo enfrentando a resistência das crianças em alguns casos, se mostra um passo importante que caminha num exercício democrático da construção da percepção e vivência do e com o diferente. Neste contexto, a família



também tem papel fundamental, sendo mais presente no cotidiano das crianças para além do espaço escolar. Assim, a condição de agente da criança se constitui numa rede de conhecimentos articulados entre escola e família que as levam a ideologia da tolerância. Isso não significa dizer que a criança siga tal caminho sem dúvidas e resistências, ela também reelabora determinadas categorias do “outro” por si próprias, contudo a margem para isso é menor. De qualquer forma, pelo que foi percebido no contexto da escola particular, lhes são dadas às possibilidades de construção autônoma e saudável do ideário da diversidade e do respeito ao diferente.

Na escola pública a situação já é diferente. A diversidade é encarada pelas crianças de maneira difusa e sem mediadores sociais eficientes. Lembremos que a escola pública pesquisada é do tipo integral, ou seja, os alunos passam manhã e tarde na escola. Logo, esta é o principal mediador social que os pequenos possuem para a orientação ideológica em prol da tolerância e do respeito. Entretanto, a estrutura da instituição se mostra insuficiente para uma educação adequada em torno da construção da alteridade. A família também pelo relato de alguns alunos é bastante ausente, muitas das vezes como nos contou umas das coordenadoras os pais reclamam quando os filhos vão para casa mais cedo, preferindo que eles ficassem na escola o dia inteiro. Na concepção desta coordenadora, muitos dos pais encaram aquela escola como um depósito infantil.

Sendo a estrutura familiar e escolar precárias, as crianças estão sós na percepção e vivência da diversidade. De fato é inegável que exista um ambiente propício ao exercício de uma autonomia em que as crianças por si mesmas façam a construção do mundo que as cerca, entretanto tal exercício é perigoso na medida em que a autonomia do sujeito faz parte de uma relação conjunta com outros sujeitos, individuais ou coletivos.

O grande perigo observado por essa experiência empírica é a formação de uma “elite” tolerante para com o “outro”, pelo menos em seu discurso com uma certa predisposição na prática; e a perpetuação de uma “ralé estrutural” indisposta a reconhecer o diferente, não só indisposta, mas também hierarquizadora da diferença. Dessa forma, se nada for feito à desigualdade social gerada a partir da hierarquização das diferenças, e no caso aqui apresentado, a hierarquização das diferenças religiosas realizada pelas crianças, segue seu movimento de inércia disponibilizando grupos cada



vez mais segregados e intransigentes nas reivindicações de reconhecimento dos “outros”.

A religião se mostra um campo de disputa política e ideológica importante na conquista de reconhecimento social, e mesmo moral, dos indivíduos. No ambiente plural das democracias modernas as crianças são um novo conjunto de atores sociais capazes de compreender e dar sentido ao mundo que as cerca de maneira particular. Estes novos sujeitos passam a ter sua condição de agentes garantida, mas não nos esqueçamos que sua autonomia e tolerância para com o diferente é algo construído e que sem os mediadores sociais adequados a construção real de uma democracia moderna que leve em conta os princípios de liberdade religiosa e tolerância não é possível.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Ronaldo de. “Dez Anos do “Chute na Santa”: a Intolerância com a diferença”.In: V. Gonçalves da Silva (org.). **Intolerância Religiosa**. São Paulo: EDUSP, 2007.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro. Pesquisando o invisível: percursos metodológicos de uma pesquisa sobre sociabilidade infantil e diversidade religiosa. **Teoria & Sociedade**, Minas Gerais, n. 17.1, jan-jun. 2009. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~revistasociedade/edicoes/artigos/17_1/PESQUISANDO_O_INVISIVEL.pdf>>.

CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro. Sobre a "docilidade" do Catolicismo: uma revisão bibliográfica sobre sincretismo e anti-sincretismo. (NO PRELO). **BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, v. 65, 2008.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FROTA, Ana Maria Monte Coelho. Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. **Estud. pesqui. psicol.**, jun. 2007, v. 7, n. 1, p.144-157.

GIUMBELLI, Emerson. Religião, Estado, modernidade: notas a propósito de fatos provisórios. **Estud. av**, São Paulo, v. 18, n. 52, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142004000300005&lng=pt&nrm=iso>.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

GOBBI, Márcia. **Lápis vermelho é coisa de mulherzinha**: desenho infantil, relações de gênero e educação infantil. Campinas, SP. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, 1997.

GUSMÃO, Neusa Maria M. de. Linguagem, cultura e alteridade: imagens do outro. In: **Cadernos de Pesquisa**. n. 107, julho, 1999: 41-78.

JAVEAU, Claude. Criança, infância(s), crianças: que objetivo dar a uma ciência social da infância? **Educ. Soc.** maio/ago. 2005, v. 26, n. 91, p.379-389.

OLIVEIRA, Aurenéa Maria de. Preconceito, estigma e intolerância religiosa: a prática da tolerância em sociedades plurais e em Estados multiculturais. **Estudos de sociologia**, Recife, v. 13, n. 1, p. 219-244, set. 2007.

PIRES, Flávia Ferreira. **Quem tem medo de mal-assombro?** Religião e Infância no Semi-árido Nordestino. Tese de doutorado. PPGAS, MUSEU NACIONAL, UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

SANCHIS, Pierre. “Religiões, religião. Alguns problemas de sincretismo no campo religioso brasileiro”. In: SANCHIS (org.). **Fiéis e Cidadãos**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

_____. “A Religião dos Brasileiros”. **Teoria & Sociedade**, número especial, maio de 2003, p.16-51.

SILVA, Vagner Gonçalves da (Org.). **Intolerância religiosa**. Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. 1.ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

TEIXEIRA, Faustino; MENEZES, Renata (Org.). **As religiões no Brasil**: continuidades e rupturas. Petrópolis: Vozes, 2006.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 2. ed. rev. São Paulo: Pioneira, 2003.